

ECOTURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

ECOTOURISM AND THE REGIONAL DEVELOPMENT

Wilson Junior Weschenfelder²

RESUMO

O presente trabalho mostra que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado através do Ecoturismo, pois este é considerado como fator importante no processo cultural, econômica, social e principalmente da preservação do meio ambiente em comunidades. Dessa forma, o Ecoturismo torna-se uma alternativa para o desenvolvimento regional, por tentar conciliar a relação entre preservação do meio ambiente e o desenvolvimento endógeno. Assim este trabalho propõe apresentar a relação entre desenvolvimento e turismo, visando contribuir com a sustentabilidade da sociedade e o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável, turismo, ecoturismo.

ABSTRACT

The present work sample that the sustainable development can be reached through the Ecotourism, therefore this is considered as important factor in the cultural, economically, social process and mainly of the preservation of the environment in communities. Of this form, the Ecotourism becomes an alternative for the regional development, for trying to conciliate the relation between preservation of the environment and the endogenous development. Thus this work considers to present the relation between development and tourism, being aimed at to contribute with the sustentabilidade of the society and the regional development.

Keywords: endogenous development, sustainable development, tourism, ecotourism.

¹ Artigo apresentado à disciplina de Organização do Espaço e Territorialidades, ministrada pela profª Drª. Virginia Etges, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/Unisc.

² Biólogo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/Unisc - 2007.

INTRODUÇÃO

O Brasil, com sua grande diversidade cultural e sua ampla extensão territorial, propicia uma oferta turística das mais variadas, sendo uma atração para os próprios brasileiros e permitindo ainda a prática da maioria das modalidades de turismo ecológico e também de esportes de aventura (Ramon, 2002).

O Rio Grande do Sul, com a sua riqueza de relevos, possui um enorme potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável baseado em seus recursos naturais físicos e bióticos. Estes fatores são indispensáveis para agradar potenciais consumidores e para o desenvolvimento regional, podendo ser observada na grande evolução que a indústria do turismo vem desenvolvendo em vários destinos turísticos pelo mundo e por todo o Brasil.

Os municípios, especialmente os de pequeno e médio porte, ainda não dispõem de tradição na busca de alternativas de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e que considere, primeiramente, a qualidade de vida da comunidade.

Desta forma a perspectiva tradicional do desenvolvimento, obtido a partir da instalação de indústrias ou na geração de empregos a qualquer custo, se tornam frágeis com a globalização da economia, contudo, a perspectiva do crescimento com base no potencial endógeno e sob o aspecto da sustentabilidade, podem criar condições reais para o desenvolvimento regional.

Desenvolvimento Capitalista

Desde o início do capitalismo contemporâneo, após o fim da Segunda Guerra Mundial, alguns países adotaram o paradigma de que para ocorrer o crescimento de uma nação há a necessidade da industrialização em primeiro plano e, posteriormente, criar condições para o bem estar social.

No Brasil, por outro lado, tentou-se realizar o crescimento principalmente, a partir da década de 60, desenvolvendo uma indústria extrativa baseada nos recursos naturais, como minérios e produtos agrícolas, não se preocupando em preservar o meio ambiente ou mesmo utilizar os recursos naturais de forma sustentável. Andrade (2002) cita que neste período iniciou-se uma política de integração nacional com aberturas de estradas para que os povoados se integrassem ao Brasil econômico, gerando o avanço de empresas exploradoras de recursos naturais, criando condições insalubres ao meio ambiente e dizimando os povos indígenas.

Com a transição do período fordista, que segundo Etges (2005), ocorreu nas últimas décadas do século XX quando o fordismo entra em crise e surge a acumulação flexível, há uma nova ordem no sistema, ocorrendo a valorização dos empreendimentos inovadores e estimulando as decisões rápidas, eficientes e fundamentadas. Assim, o conhecimento técnico e científico tornou-se mercadorias a serem produzidas e vendidas, como também o controle do fluxo de informações e dos veículos de marketing, gerando um mundo altamente competitivo (Harvey, 1992).

Santos (2003) descreve que este modelo de consumo, contribuiu rapidamente para a penetração do sistema capitalista, gerando uma questão de interesses ocultos, de conquista e dominação. Contudo, os projetos de desenvolvimento implementados nas últimas décadas, “é que a primazia de fatores essencialmente econômicos sobre os demais fatores (sociais e ambientais, por exemplo) vem perdendo o fôlego” (Siedenberg, 2004).

Turismo

O turismo, em uma nova concepção estratégica, deve ser entendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, integrando o desenvolvimento urbano e rural e criando um processo de desenvolvimento econômico diversificado (Salvati, 2004). No contexto socioeconômico, o turismo é considerado uma indústria limpa, que gera importantes divisas, sem poluir ou danificar o ambiente (Manosso, 2005).

Assim, inicia nos anos 80 a procura por experiências turísticas em ambientes naturais relativamente intactos tornou-se o segmento do mercado internacional de turismo com os maiores índices de crescimento (Niefer & Silva, 1999).

Esta busca por ambientes naturais com intuito de uma melhor qualidade de vida, Cavaco (1996) descreve que “o contato com a natureza e a cultura local funciona como uma fuga para os turistas, pois seu maior desejo é justamente sair da realidade estressante da vida cotidiana dos grandes centros urbanos motivados por uma nova opção de lazer”.

Esta interação de turistas com as comunidades rurais valoriza e preserva os costumes e tradições locais, retomando aspectos inerentes ao cotidiano desta comunidade. Além desta interação, o turismo incentiva a conservação do patrimônio

arquitetônico, histórico e cultural, isto com o intuito de criar referências que sirvam de pontos de interesse turístico.

Para os pequenos produtores, o turismo pode beneficiar também por meio da diversificação de atividades com o intuito de desenvolver um conceito de sustentabilidade com justiça social. Estes fatores incorrem diretamente na melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural, se tornando um projeto de cunho social, ambiental e econômico que, segundo Silva & Almeida (2002), é uma forma alternativa e/ou complementar de geração de renda.

Também estimula a diversidade e o crescimento da economia; descobre formas de trabalho e de emprego; eleva o poder aquisitivo; e desperta a vontade de estudar, crescer, participar, produzir e melhorar suas condições de vida (Coriolano, 2003). Cristóvão (2002) destaca que “a diversificação da economia rural decorre, cada vez mais, do reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias primas”.

Para tais práticas, apresentam diversas modalidades não se limitando a um só tipo de atividade. Também não deve ser encarado como substituto da produção das comunidades rurais, mas sim, ser um complemento na renda familiar.

Desenvolvimento local

Com a globalização, que se caracteriza pela fragmentação articulada, ocorre mudanças na organização espacial que possibilitam o recorte da superfície terrestre, tornando a particularidade mais relevante (Corrêa, 1997).

Segundo Lencioni (1999), esta nova ordem-desordem que se apresenta trata de uma maneira que nos faz pensar sobre o espaço, onde a globalização traz à tona o questionamento da análise regional e sua relevância entre o local e o global e com a compreensão da realidade espacial permite sua transformação a serviço do homem (Santos, 1995).

Com isto a participação comunitária, o seu envolvimento direto nos assuntos da gestão racional dos recursos locais, aparece como um mecanismo imprescindível ao desenvolvimento. Putnam (1996) relata que os mecanismos participativos não só complementam a regulação do Estado e do mercado, mas constituem uma condição importante da eficiência destes mecanismos. Putnam (1996) também cita que a importância da capacidade de organização da sociedade em torno aos seus

interesses – a dimensão participativa da regulação econômica e política – como um elemento chave da racionalidade do desenvolvimento.

Assim, a visão tradicional que os municípios constituem a base de uma pirâmide e a verticalidade seria uma fonte propulsora inverte-se na realidade, pois as novas teorias apontam para formas intermunicipais de gestão (por exemplo consórcios intermunicipais, comitês de bacias hidrográficas, conselhos regionais de desenvolvimento, etc.), permitindo articulações horizontais. Essas horizontalidades, segundo Etges (2005), são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto a da contrafinalidade, regionalmente gerada. Esta horizontalização também pode refortalecer com a coesão da sociedade civil a serviço do interesse coletivo (Santos, 1996)

Isto muda profundamente a cultura tradicional do desenvolvimento pois transforma a comunidade local em um ser ativo e deixando de ser passivo e inerte. Com o desenvolvimento local busca-se também a qualidade de vida, numa visão sustentável, cria condições para prosperidade mútua com saúde, cultura, equidade social, justiça e segurança.

Desenvolvimento endógeno

A teoria do desenvolvimento endógeno focaliza a questão regional apresentando maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e melhores instrumentos para políticas públicas.

No entanto há questões relativas ao desenvolvimento endógeno no que busca entender porque o nível de crescimento varia entre diversas regiões e nações, mesmo elas dispor das mesmas condições na busca de fatores produtivos. Segundo Tavares (2002), o declínio das políticas regionais a partir da crise econômica na metade da década de 70, gerou algumas regiões industriais que se mantiveram prósperas usando somente as forças do território como fonte de crescimento, originando, assim, a concepção de desenvolvimento endógeno.

Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Bandeira & César (2001) se referem a importância do capital social para o desenvolvimento endógeno, mas também o

inverso, onde o rápido crescimento pode minar o capital social e enfraquecer os padrões de convivência social.

Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado, sendo:

(...) um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (Amaral Filho, 1996, p. 37).

Assim, a capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Este processo para o desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais (Oliveira & Lima, 2003)

De forma inversa ao pensamento associado com as teorias endógenas, não se busca o fechamento ou isolamento regional, nem mesmo o auto-centrismo e a auto-suficiência. A idéia do desenvolvimento endógeno moderno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre a consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta (Amaral Filho, 1996).

Desenvolvimento Sustentável

Em 1983, a Assembléia das Nações Unidas encomendou um relatório à comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamado de Relatório Brundtland, que foi publicado em abril de 1987 e posteriormente denominado “Nosso Futuro Comum”, difundindo o conceito de desenvolvimento sustentável e possuindo três principais vertentes: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, induzindo a sociedade a um espírito de responsabilidade comum.

O Relatório de Brundtland traz a seguinte definição: “o desenvolvimento sustentado é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades”. Esta

definição está centrada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico e é criticada por vários autores, que insistem que não se pode pensar nas gerações futuras quando parte da geração atual não atende às suas necessidades básicas.

O desenvolvimento do turismo sustentável

Para prevenir os impactos ambientais do turismo e a degradação dos recursos naturais é preciso concentrar os esforços para um desenvolvimento sustentável e não apenas do patrimônio natural, mas também aos produtos, atrativos e equipamentos turísticos.

Segundo Ruschmann (1997), os conceitos de turismo sustentável e desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados a sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isto porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base.

Deste modo, é necessário encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente, pois o desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos.

Ecoturismo

Com a implementação e o crescimento do Ecoturismo e com a finalidade de definir, regulamentar e conceituar a atividade, a Embratur desenvolveu as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo conceituando como um “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (Embratur, 1994, p.19).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, este setor é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo, sendo que no Brasil o ano de 2002 encerrou com uma receita de 3,12 bilhões de dólares (MACHADO, 2005),

demonstrando que o turismo pode ser um pivô para a economia e a geração de empregos (Benavides, 2003).

Swarbrooke (2000), citado por Nunes e Ladwig (2004), cita que:

“Ecoturismo e turismo sustentável são coisas diferentes, e sugere que com o gerenciamento adequado o ecoturismo pode ser uma forma de turismo sustentável seguindo princípios que fundamentam o ecoturismo sustentável como: a não degradação dos recursos e o desenvolvimento ambiental; proporcionar experiências participativas e esclarecedoras; envolver a educação entre todas as partes; incentivar o reconhecimento do valor intrínseco dos recursos naturais e culturais por todas as partes envolvidas; deve promover a responsabilidade e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural; compreensão e parcerias entre muitos dos envolvidos; assegurar que nas operações de ecoturismo a ética inerente a práticas ambientais responsáveis se aplique nas operações externas e internas trazendo benefícios em longo prazo”.

O Ecoturismo, em sua concepção, apresenta três objetivos principais: sustentabilidade, conservação e fortalecimento da comunidade receptora (Wearing & Neil, 2001; Vieira & Nascimento, 2003). Estes objetivos colocados em prática podem fortalecer a organização social da comunidade e, segundo Riedl (2002) “com possibilidades de reverter o processo de inviabilização da atividade econômica familiar no meio rural”, também pode, com seus serviços paralelos, Boo (1992) citado por Coriolano (2003), fixar a população no meio rural e repartir a economia de forma justa e democrática. (Pinheiro, 2003).

Assim, com a elevação do nível econômico da população local num todo, eleva-se também a qualidade de vida, diminuem as diferenças sociais, os conflitos, a violência (Mendonça, 1999). Esta mudança também pode ser alterada na forma do trabalho, pois Sampaio (2005) vê na cooperação e não na competição, uma tentativa de combater a visão somente econômica.

Para tal, o desenvolvimento socioeconômico sustentável de uma região deve ser o objetivo maior do Ecoturismo e deve ser alcançado quando há envolvimento das comunidades anfitriãs e a preocupação premente em gerar benefícios locais (Mitraud, 2003).

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Na atualidade o turismo é uma das atividades econômicas mais importantes do ponto de vista do desenvolvimento regional, onde se destaca o segmento do ecoturismo. Este, por sua vez, torna-se uma atividade que tem relação direta com o desenvolvimento sustentável, pois possui uma íntima ligação com os setores econômicos, sociais, ambientais e culturais, com o objetivo de preservar os recursos naturais, com vista a garantir um produto endógeno da comunidade local onde é desenvolvido.

Assim a visão de que o Ecoturismo contribui para desenvolvimento regional está embasada nos princípios do desenvolvimento sustentável, caracterizado em suas ações como: recuperar e conservar os recursos naturais, preservar a costumes e a história das comunidades locais e gerar novas fontes de renda.

O Ecoturismo como ferramenta do desenvolvimento regional somente terá êxito se houver participação ativa da comunidade local, inclusive no planejamento e definição de estratégias, de forma que todos possam, direta e indiretamente, melhorar a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, p. 35-70. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2007.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Formação Territorial do Brasil*. In: BECKER, Berta et al. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 163-180.
- BANDEIRA, P. S.; CÉSAR, B. T. . *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social - Pesquisa Empírica Como Subsídio à Atividade Parlamentar no Rio Grande do Sul*. Relatório de Análise dos Resultados. 2001. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <www.al.rs.gov.br/download/desenv_regional/pesquisa.pdf>. Acesso em 21 abr. 2007.

- BENAVIDES, David Diaz. O programa de turismo sustentável e eliminação da pobreza. In: LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo e desenvolvimento social sustentável*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 95-102.
- CAVACO, Caminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques metodológicos*. São Paulo: Hucitec, 1996. 94-121 p.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O Ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: CORIOLANO, L. N. M. T. ; LIMA, L. C. (Org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 113-131.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In: CORRÊA, R. L. *Trajétoérias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.183-196.
- CRISTOVÃO, Artur. Mundo Rural: Entre as Representações (dos Urbanos) e os Benefícios Reais (para os Rurais). In RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; BARBOSA, A. L. (Org.) *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul. 2002. p. 81-116.
- EMBRATUR. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Coordenação de Sílvio Magalhães e D. Hamú M. de la Penha. Brasília, 1994.
- ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n.3, p. 47-55, set./dez. 2005.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Editora Loyola. 1992.
- JANER, A.; MOURÃO. R. Elaboração do produto de ecoturismo. In: MITRAUD, Sylvia. Org. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470p. 145-188
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999. p.147-214.
- MACHADO, Álvaro. *Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.
- MANOSSO, Fernando César. 2005. *Ecoturismo: alguns avanços importantes no Brasil*. Disponível em <http://www.ecoviagem.com.br/ecoviagens/ecoreporter_interna.asp?codigo=10377> Acesso em 14 abr. 2006.
- MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?. In: LEMOS, Amália Inês G. *Turismo: Impactos Socioambientais*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 19-25.

- MITRAUD, Sylvia. (org.). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- NIEFER, I. & SILVA, J. C. L. G. da. Critérios para um ecoturismo ambientalmente saudável. *Cadernos da Biodiversidade*, v.2, n.1, jul. 1999, p.53-61.
- NUNES, M. dos S.; LADWIG, N. I. Avaliação das potencialidades do morro do forte como local para o desenvolvimento da prática de Ecoturismo. *Revista Eletrônica de Turismo (RETUR)*. Vol. 03. nº 02. 2004.
- OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. *Revista FAE*, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, 2003.
- PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. Dois dias e uma noite: notas para a diagnose sócio turística da força-sem-trabalho em Gijoca de Jericóacoara. In: CORIOLANO, L. N. M. T. ; LIMA, L. C. (Org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 45-59.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1996.
- RAMON. Eurípedes Ed. 2002. *Evolução do Ecoturismo*. Disponível em: <http://www.ecoviagem.com.br/ecoviagens/ecoreporter_interna.asp?codigo=3941>. Acesso em 14 abr. 2006.
- RIEDL, Mário. In RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; BARBOSA, A. L. (Org.) *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul. 2002. p. 7-12.
- RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SALVATI, Sérgio Salazar (org.). *Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas*. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo com fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2005.
- SANTOS, Milton. Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza. In: _____. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: Edusp. 2003. p. 13-40.
- _____. Sociedad y espacio: la formación social como teoría y como método. In: _____. *De la totalidad al lugar*. Barcelona: Oikos Tau. 1995. p. 17-32
- SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. *Revista Desenvolvimento em Questão*, nº 3. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2004.

SILVA, M. F. da; ALMEIDA, J. A. Turismo Rural, patrimônio e cultura. In: *Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

TAVARES, Hermes Magalhães. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: CARDOSO *et al.* *Planejamento e Território*. RJ: UFRJ/IPPUR, 2002. p.229-248.

VIEIRA, L. V. L.; NASCIMENTO, R. A. do. Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe: a percepção das comunidades e dos visitantes. In: CORIOLANO, L. N. M. T. ; LIMA, L. C. (Org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 284-293.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole. 2001.